

CONTRASTES REGIONAIS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

HEINRICH RATTNER

“É da incumbência dos economistas reconhecer e proclamar que o progresso econômico não é, simplesmente, um problema de mais capital, mais acres ou mais carvão, senão, também, um problema de maior eficiência na administração e nos esforços para obter melhor educação, melhor saúde, melhor motivação e melhor organização política e social.”

— JACOB VINER

A economia brasileira, considerada globalmente, apresenta ao observador o quadro típico de um país em plena fase de desenvolvimento. O crescimento de um parque industrial moderno, a diversificação dos produtos exportados e importados, a racionalização e burocratização do aparelho político e administrativo são apenas alguns dos aspectos mais característicos que aproximam a sociedade brasileira dos padrões dos países desenvolvidos do Ocidente.

Todavia, um exame mais minucioso revela-nos uma disparidade interna muito acentuada quanto ao ritmo e à intensidade do processo de desenvolvimento brasileiro. É assim que vemos, ao lado de uma economia dinâmica e relativamente próspera, concentrada em redor dos grandes núcleos agrindustriais da região Sul-Sudeste do País, persistir nas demais regiões um tipo de produção primitiva,

HEINRICH RATTNER — Professor (contratado) de Sociologia, do Depto. de Ciências Sociais, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo e Instrutor da Cadeira de Economia Política, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo.

bastante apenas para assegurar aos seus habitantes, alheios ao progresso econômico, social e cultural, um nível de vida rudimentar.

Entretanto, mais importante do que a própria constatação dêsse fato é a análise das tendências do processo e suas possíveis conseqüências sôbre o futuro social e político da Nação. Eis porque elegemos, como principais objetivos do presente trabalho, os seguintes pontos:

- Testar algumas das hipóteses de Colin Clark e Simon Kuznets, a respeito da modificação da importância relativa dos setores primário, secundário e terciário, à medida que se processa o desenvolvimento econômico.¹ Empregamos para tanto dados parciais (relativos a São Paulo e ao Nordeste) e globais (do Brasil em geral).
- Aferir, por meio de dados estatísticos, o já famoso processo de concentração industrial que vem ocorrendo em São Paulo.
- Analisar as tendências e os resultados do desenvolvimento econômico brasileiro, em seus *aspectos regionais*, comparando os dados disponíveis, em escala nacional, com os do maior núcleo industrial do País, o Estado de São Paulo, e com os da região mais atrasada e pobre, o Nordeste. Seleccionamos, para tal fim, diferentes dados relativos: à evolução demográfica do País; às tendências do processo de concentração industrial; e ao crescimento do produto real e da renda *per capita*.
- Identificar alguns procedimentos de caráter econômico-social que, se adotados com objetivos políticos, poderiam favorecer o desenvolvimento mais harmônico da economia brasileira.

Não pretendemos advogar soluções parciais e isoladas para o problema do subdesenvolvimento regional. Quisemos

1) SIMON KUZNETS, *Six Lectures on Economic Growth*, John Hopkins University e COLIN CLARK, *The Conditions of Economic Progress*, Mac-Millan and Co., Londres, 1959, caps. V, VI e VII, págs. 193 a 349.

apenas ressaltar que qualquer programa ou plano de desenvolvimento, de âmbito nacional, que não preconize meios e caminhos para reduzir as disparidades regionais e, assim, aproximar os extremos, estará fatalmente destinado ao malôgro.

Segundo Kuznets, o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos é caracterizado por dois aspectos específicos:

- em todos os casos o desenvolvimento econômico acarreta uma elevação constante e substancial do produto *per capita*;
- em quase todos os casos, êle implica um crescimento constante e substancial da população.²

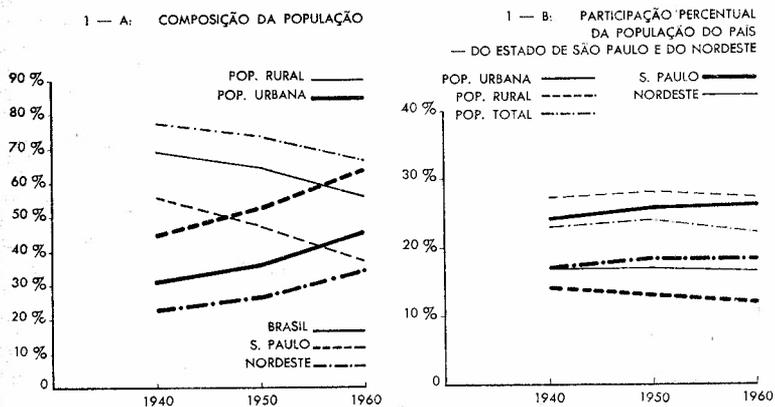
Todavia, um aumento quantitativo desses índices não é, necessariamente, sinônimo do desenvolvimento, a não ser que seja acompanhado por mudanças estruturais e institucionais, como a urbanização, a educação democrática e universal e a ascendente mobilidade social que daí advém. O esteio do desenvolvimento é constituído por uma alta taxa de acumulação de capital, conseguida, muitas vezes, por uma poupança forçada, por reinvestimentos planejados e dirigidos e por um aumento constante da produtividade da força de trabalho. O equipamento físico, ou seja, bens de capital, e o progresso técnico são condições necessárias, mas não suficientes para o aumento da produtividade; é indispensável que a população ativa tenha a capacidade de utilizá-los efetiva e racionalmente. Destarte, a estratificação da população, sua distribuição em áreas urbanas e rurais, e seu conseqüente nível educacional e cultural, são fatores de suma importância para a análise de tôdas as fases do desenvolvimento econômico.

Quanto mais atrasado economicamente o país, tanto maior será a parte da agricultura em sua economia, quer no tocante à participação no total da renda nacional, quer no que se refere aos efetivos da população ativa que se dedi-

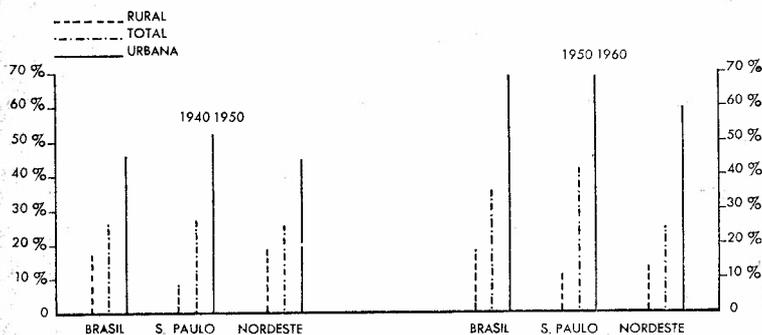
2) SIMON KUZNETS, *op. cit.*, pág. 14.

cam a atividades primárias. Assim, por via de regra, a maior parte da população ativa de um país, no início do processo de desenvolvimento, está concentrada em atividades do setor primário, com baixa produtividade. À medida que o crescimento econômico resulta, principalmente, do fato de a produção industrial ser introduzida e aplicada, o conhecimento técnico e científico moderno, no qual essa produção está estribada, exige e provoca mudanças na estrutura demográfica e social desse país.

GRÁFICO 1: MUDANÇAS NA ESTRUTURA DEMOGRÁFICA BRASILEIRA
(1940 — 1960)



1 — C: TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA



No Brasil, entretanto, a percentagem da população ativa no setor agropecuário excede em muito sua participação percentual no produto real total do País, refletindo, dessa maneira, a menor produtividade e a menor renda *per capita* das populações rurais brasileiras, em escala nacional, e a relativa pobreza da população brasileira, em escala internacional.

Todavia, o exame das estatísticas gerais da economia nacional não basta para perceber os problemas críticos do desenvolvimento econômico. As discrepâncias regionais em nível de renda e taxa de crescimento são, às vezes, tão grandes que qualquer índice médio nacional se torna absolutamente inexpressivo das verdadeiras tendências do processo. No caso brasileiro, segundo o Conselho Nacional de Economia, “o desnível da distribuição de rendas, observado nas diversas regiões do País, além de atrapalhar o desenvolvimento do Brasil, está comprometendo, até mesmo, a unidade nacional”.³

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

O desenvolvimento econômico de uma região ou de um país subdesenvolvido é acompanhado, de um lado, pela concentração, cada vez maior, da população em áreas urbanas e, de outro lado, pelo êxodo rural da mão-de-obra ativa. No caso brasileiro o movimento da população nos diferentes Estados federados tem seguido essa tendência, embora em ritmo e intensidade diferentes.

Os dados apresentados no Gráfico 1, cujos números estão reproduzidos no Anexo 1, permitem analisar os aspectos quantitativos e qualitativos, ou seja, os estratos fundamentais da sociedade brasileira e a dinâmica de seu desenvolvimento. O aumento constante da população urbana no conjunto da população do País, verificado nos dois últimos decênios, significa elevada mobilidade espacial e, por não ter provocado desemprego em massa nas áreas urbanas,

3) “10.^a Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil”, Rio de Janeiro, 1963, citado no *O Estado de São Paulo* de 11/9/1963.

ascensão social de amplas parcelas da população brasileira. Segmentos sempre crescentes da população rural, antes ocupados em atividades primárias, com baixíssimas rendas *per capita*, passam, em consequência da industrialização, para atividades secundárias e terciárias com maior produtividade e, também, maior nível de renda.

Entre 1950 e 1960 a população total do Brasil aumentou de 36,6%. Na década anterior o aumento havia sido de apenas 26,0%. Nos mesmos períodos, porém, as respectivas taxas de crescimento para a população urbana foram de 70,0 e 45,7%, enquanto a população rural aumentou apenas 17,7 e 16,9%. A discrepância é maior quando comparadas essas taxas com as do Estado de São Paulo e as do Nordeste. Em São Paulo, nos períodos de 1940 a 1950 e de 1950 a 1960, verificamos os seguintes índices de crescimento populacional: 27,2 e 42,0% para a população total; 51,6 e 69,6% para a população urbana, e somente 7,9 e 11,1% para a população rural.

Em sete Estados da região nordestina (Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão) as taxas foram, respectivamente: 23,3 e 25,5%, para a população total; 44,9 e 61,1%, para a população urbana; 19,5 e 12,8%, para a população rural.

Enquanto os índices de crescimento da população no primeiro decênio foram mais ou menos idênticos para as três unidades (respectivamente, 26,0, 27,2 e 25,3%), na década seguinte, de 1950 a 1960, caracterizada pelo surto industrial em escala ampla e em intensidade e ritmo acelerados, os mesmos índices mostraram um incremento bastante diferente: 36,2% — Brasil; 42,0% — São Paulo, e apenas 25,5% — Nordeste. Entretanto, o aumento aparente na taxa de crescimento da população urbana no Nordeste, entre 1950 e 1960, não se manifestou favorável ao desenvolvimento econômico da região, o que é evidenciado, entre outros fatores, pela proporção muito baixa da população ativa comparada ao conjunto populacional nordestino.

QUADRO 1: POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE.

Região	Setor	1940		1950		1960		Taxa de Incremento	
		milhões de pessoas	%	milhões de pessoas	%	milhões de pessoas	%	% 1940-1950	% 1950-1960
Brasil	Primário	9,5	64,5	9,9	57,9	12,09	51,6	4,2	22,1
	Secundário	1,8	12,2	2,7	15,9	4,06	17,3	50,0	50,0
	Terciário	3,4	23,3	4,5	26,2	7,29	31,1	32,3	62,0
	Total	14,7	100,0	17,1	100,0	23,44	100,0	16,3	37,0
São Paulo	Primário	1,53	54,2	1,45	42,0	1,66	33,6	—	0,6
	Secundário	0,45	16,0	0,85	24,5	1,45	29,3	88,8	70,5
	Terciário	0,84	29,8	1,16	33,5	1,83	37,1	38,0	57,7
	Total	2,82	100,0	3,46	100,0	4,94	100,0	22,7	42,7
Nordeste	Primário	2,60	70,8	2,84	72,1	3,27	68,0	9,2	15,1
	Secundário	0,31	8,5	0,38	9,6	0,48	9,9	22,6	26,3
	Terciário	0,76	20,7	0,72	18,3	1,06	22,1	—	47,2
	Total	3,67	100,0	3,94	100,0	4,81	100,0	7,3	22,0

Fontes: IBGE, Censo de 1950, quanto aos dados de 1940 e 1950. Os dados de 1960 foram estimados pelo autor, com base no crescimento proporcional da população urbana e rural entre 1950 e 1960.

Em 1960 33% da população total do Brasil exerceram atividades produtivas nos três setores: primário, secundário e terciário, contra 38,2% no Estado de São Paulo e apenas 30,6% no Nordeste. Esse dado é sobremodo significativo, porquanto é sabido que, quanto mais desenvolvido um país, tanto mais alta é a proporção de sua população ativa no total populacional.

Nos Estados Unidos, por exemplo, essa cifra alcança 40%, e nos países da Europa Ocidental vai a 46%. O desenvolvimento econômico implica, inevitavelmente, um processo de "ativação" pela transferência de pessoas do grupo inativo para o ativo, na medida em que surgem novas oportunidades de emprêgo. Porém, nem sempre o aumento da população urbana é conseqüência de um processo de industrialização e expansão econômica. No caso do Nordeste, por exemplo, o fenômeno da concentração mais rápida da população urbana decorre das sêcas periódicas, da miséria e da fome; as massas rurais, mudando para as cidades, não se transformam em elementos produtivos: tornam-se clientela dos serviços assistenciais do Estado. Para melhor ilustrar êsse fato é necessário analisar a distribuição intersetorial da população ativa, ou seja, os contingentes ocupados na agropecuária, na indústria e nos diversos serviços, o que é feito no Quadro 1.

Como já lembramos, é fato conhecido que, quanto mais subdesenvolvido um país, tanto maior é a parte da agricultura em sua economia, enquanto nos países de renda *per capita* mais elevada, essa participação é progressivamente menor. A importância das atividades primárias no conjunto da economia de um país constitui, portanto, índice altamente significativo de progresso, sendo possível medi-lo por sua contribuição à renda nacional ou pelos efetivos demográficos nelas ocupados.

A tendência pela diminuição da população ocupada em atividades primárias é evidente pelos dados alinhados no Quadro 1 e no Anexo 2. O ritmo desse processo, porém, é diferente, segundo as diferentes unidades da Federação. Assim, em 1940, ainda 70,0% da população ativa brasi-

leira estava ocupada na agropecuária, contra 58,0% em 1950 e, finalmente, 51,6% em 1960.⁴ No mesmo período, isto é, durante essas duas décadas, a população rural ativa do Nordeste representava, respectivamente, 70,8, 72,1 e 68,0% do total dos ativos. No Estado de São Paulo os respectivos resultados foram 54,2, 42,0 e 33,6% para 1940/50/60.

Enquanto no conjunto da população ativa brasileira houve uma redução de 18,4% na população rural ativa, em São Paulo essa redução alcançou 20,2% e, no Nordeste, apenas 2,8%, durante os últimos vinte anos, como se pode notar, mais pormenorizadamente, no Anexo 2.

QUADRO 2: PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA NA RENDA NACIONAL

Região	Ano	População Ativa (%)			Contrib. à Renda Nacional (%)		
		Setores primário	secund.	terciário	secund.	primário	terciário
Brasil	1950	57,5	15,8	26,7	28,6	23,8	47,5
	1960	51,6	17,3	31,1	28,5	26,1	45,4
S. Paulo	1950	42,0	24,5	33,5	29,8	28,3	41,9
	1960	33,6	29,3	37,1	23,4	33,2	43,4
Nordeste	1950	72,1	9,6	18,3	42,1	13,4	44,5
	1960	68,0	9,9	22,1	47,3	11,1	41,6

Fontes dos dados brutos: população ativa em 1950: IBGE, *Censo de 1950; Revista Brasileira de Economia*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, ns. 1/1959 e 1/1962.

O Quadro 2 dá-nos uma comparação entre a participação percentual da população ativa, nos diversos setores das ati-

4) Este último dado é estimativo; quando este trabalho foi escrito os dados do censo de 1960 não estavam ainda disponíveis.

vidades econômicas, e sua participação relativa na renda nacional.

Uma das primeiras inferências tiradas dos dados acima é a baixa produtividade das atividades primárias, no conjunto da economia brasileira. Assim, por exemplo, 51,6% da população ativa, concentradas na agropecuária, contribuíram, em 1960, com apenas 28,5% na formação da renda nacional. Essa desproporção torna-se mais sensível quando considerados os respectivos índices para a região nordestina: 68,0% da população ativa no setor primário fornecem 47,3% da renda total da região, como se pode ver, também, no Anexo 2, no qual se incluem dados das diversas regiões geoeconômicas do Brasil. Em outras palavras: no Nordeste, ainda hoje, 68 homens trabalham na agropecuária a fim de produzir os alimentos para 100 trabalhadores e suas famílias, enquanto no Estado de São Paulo, essa proporção é menor do que a metade da do Nordeste, ou seja, 33,6% e, nos países economicamente mais adiantados, como a Alemanha, EUA, Canadá e Grã-Bretanha, ela varia entre 5 e 10,0%.

A baixa produtividade do setor primário influi, necessariamente, sobre os níveis de renda, global e *per capita*, do total da força de trabalho da nação. Segundo Kuznets, uma das condições prévias da industrialização é um aumento substancial da produtividade do trabalho agrícola, para que, com seus produtos, possam ser alimentados em níveis *per capita* mais elevados do que antes, os contingentes cada vez maiores da força de trabalho global do país.⁵

A falta de modernização no equipamento, o desconhecimento de métodos e técnicas de lavoura conformes às conquistas da ciência e, finalmente, a deficiência, em educação e saúde, dos homens rurais, mantêm em nível muito baixo a produtividade da agricultura e, assim, criam um desequilíbrio perigoso entre esta e alguns setores de produção mais avançados (indústria de transformação, petro-

5) SIMON KUZNETS, *op. cit.*, págs. 59 e 60.

química etc.), o que provoca problemas e tensões inter-regionais, que se refletem sobre a estabilidade das estruturas sociais e políticas do País. Ademais, o desequilíbrio se manifesta, principalmente, nas tendências inflacionárias dos preços de alimentos e outros produtos agrícolas, cuja oferta não consegue acompanhar o ritmo crescente da demanda exercida pelas populações concentradas em áreas urbanas e ocupadas na indústria e nos serviços.

O jogo das forças do mercado tende a aumentar, em vez de diminuir, as desigualdades existentes entre as diversas regiões do País caracterizadas acima. A menos que os poderes públicos interfiram no sentido de coordenar e planejar o processo de expansão econômica, as atividades industriais, comerciais, bancárias, securitárias, de transporte, de comunicações, enfim, quase todas as atividades de maior rendimento *per capita*, bem como as educacionais, artísticas, científicas e culturais, todas tendem a concentrar-se em algumas localidades e regiões, deixando o resto do país mais ou menos estagnado. Concomitantemente, as regiões mais ricas e, por isso mesmo, mais influentes nos destinos políticos da Nação conseguem impor leis e regulamentos que as favorecem econômica e financeiramente, muito embora em detrimento das regiões mais pobres. Exemplo típico desse fenômeno foi a canalização de divisas fortes entradas no país através de exportações de produtos da região nordestina (algodão, açúcar, cacau etc.) para os centros industriais do Sul. A política de subsídios que vigorou principalmente de 1947 a 1953, através de favores cambiais para importação de equipamentos industriais, beneficiou, necessariamente, as regiões em vias de expansão industrial, transferindo-lhes as rendas em cambiais, enquanto baixava ainda mais a renda das regiões tipicamente exportadoras de produtos agrários.⁶

Outro fator que aumenta o desequilíbrio entre as regiões mais industrializadas e aquelas onde predominam ativida-

6) A influência dessa política pode ser auferida do quadro publicado no *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*, pág. 83.

des primárias é o processo constante de migração seletiva. Os elementos mais produtivos, isto é, de melhor idade e com maior força de trabalho, abandonam as regiões que não lhes oferecem meios de vida, buscando empregos mais rendosos e seguros nos centros industriais e comerciais da região Sul.

As comunidades rurais ficam, portanto, duplamente espoliadas e prejudicadas: a relação desfavorável existente entre a população ativa e os recursos técnicos e naturais à sua disposição torna-se ainda mais acentuada pela alta taxa de natalidade, combinada com uma diminuição da mortalidade, esta afetada mais rapidamente pelas técnicas modernas de higiene pública. Por outro lado, devido à falta de recursos, as oportunidades e facilidades educacionais não aumentam na proporção necessária, criando o baixo nível educacional da mão-de-obra obstáculos e problemas para a implantação de um parque industrial moderno.

Convém, a título de ilustração, examinar os Quadros 3 e 4, onde são agrupados dados referentes à proporção de matrículas do ensino primário, no total da população e, também, a relação entre matrículas e aprovações, no Nordeste, em São Paulo e no Brasil. No Nordeste os baixos índices de matrículas e conclusões de curso, bem como o núme-

QUADRO 3: MATRÍCULAS NO ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL

Região	1955			1960		
	População (1.000 habs.)	Matrículas (em 1.000 unidades)	(por 1.000 habs.)	População (1.000 habs.)	Matrículas (em 1.000 unidades)	(por 1.000 habs.)
Brasil	60.183	4.777,7	79	70.967	6.404,0	90
S. Paulo	10.789	1.011,3	94	12.975	1.353,8	104
Nordeste	13.855	828,1	60	15.678	1.047,8	67

Fonte dos dados brutos: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1958 e 1960.

ro relativa e absolutamente baixo de matrículas por 1.000 habitantes, são gravados pelas seguintes circunstâncias:

- Devido à alta taxa de natalidade e à migração dos homens em idade de trabalhar, o número de crianças na população nordestina é proporcionalmente maior do que no Estado de São Paulo.
- A “expectativa média de vida” ou, em outras palavras, o número de “velhos” é proporcionalmente menor no Nordeste do que no Estado de São Paulo, em consequência da pobreza, da falta de educação e de padrões sanitários eficientes naquela região.

QUADRO 4: MATRÍCULAS EFETIVAS E CONCLUSÕES DE CURSO NO ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL (de 1955 e 1960)

Regiões	Matrículas Efetivas	% sobre total	1 9 5 5		
			Conclusões	% sobre total	% concl. matric.
Brasil	4.777,7	100,0	395,1	100,0	8,2
São Paulo	1.011,3	21,2	151,0	38,2	14,9
Nordeste	828,1	17,3	26,0	6,8	3,1
Regiões	Matrículas Efetivas	% sobre total	1 9 6 0		
			Conclusões	% sobre total	% concl. matric.
Brasil	6.404,0	100,0	549,6	100,0	8,6
São Paulo	1.353,8	21,1	180,9	32,9	13,4
Nordeste	1.047,8	16,3	38,1	6,9	3,6

Fonte dos dados brutos: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1958 e 1962.

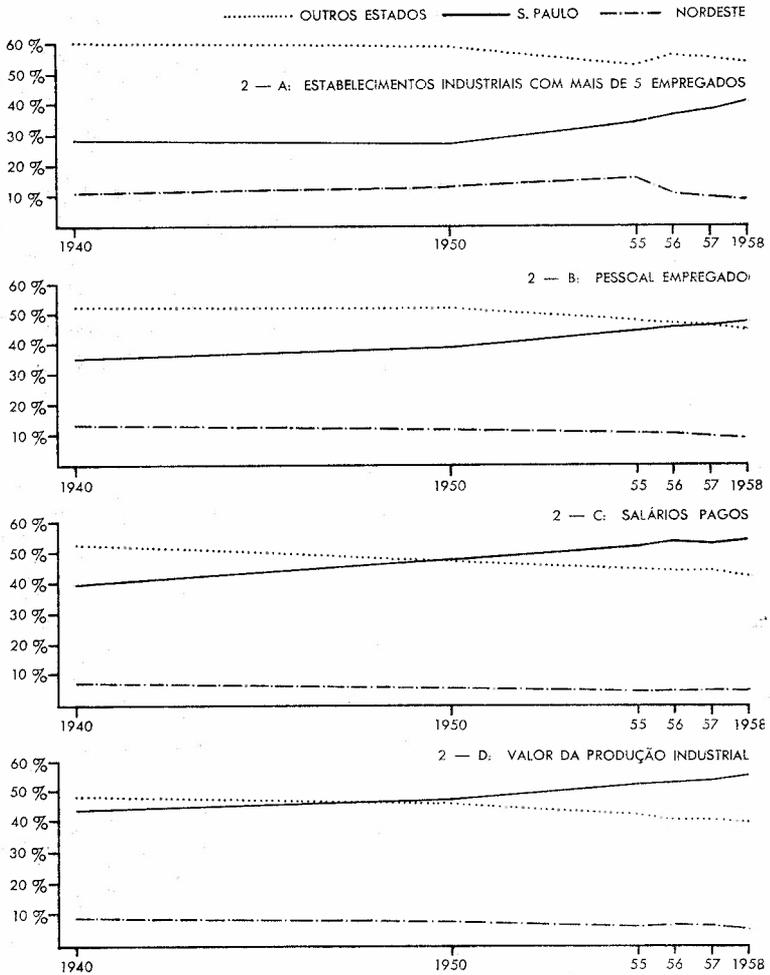
Vale dizer que, apesar de uma estrutura etária mais jovem, que exige índices de matrícula e de conclusão de curso mais elevados do que no resto do País, esses índices no Nordeste continuam muito abaixo da média nacional.

CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

O desenvolvimento econômico contemporâneo é resultado, principalmente, da introdução do sistema industrial, isto é, de um processo de produção baseado na aplicação e no uso crescente do conhecimento científico moderno. As mudanças na subestrutura e a passagem de atividades predominantemente agropecuárias para a indústria e serviços, associadas com a elevação da renda *per capita* durante esse processo, motivam a identificação do desenvolvimento com a urbanização e a industrialização. Requisito do desenvolvimento, essencial para assegurar seu sucesso, é a diminuição da desigualdade intersetorial, em produto e renda *per capita*, existente no início, sob pena de ver-se embaraçado ou impedido o desenvolvimento geral.

Vimos, na parte anterior, como a baixa produtividade da agricultura exerce influência desfavorável sobre a espiral inflacionária dos preços de produtos agropecuários. Ademais, a baixa produtividade e a baixa renda *per capita* não permitem a formação de um mercado interno estável para os produtos manufaturados nacionais. Torna-se, portanto, de imperiosa necessidade coordenar a política de investimentos com a de expansão econômica, não somente entre os diferentes setores de atividades, em escala nacional, mas, sobretudo, entre as diversas regiões, onde predomine uma ou outra atividade econômica. O desenvolvimento de um setor (neste caso, a indústria) não favorece, necessariamente, a expansão de outro (agricultura); ao contrário, o surto industrial de São Paulo drenou os recursos materiais e humanos (divisas fortes e mão-de-obra na melhor idade de trabalho) do Nordeste e de outras regiões do País. Não há, em absoluto, reciprocidade entre as regiões, como bem o comprova a inexistência de investimentos, até há pouco tempo, no Nordeste. A tendência atual de investir em empreendimentos industriais é consequência direta da política do Governo que, através da SUDENE de favores fiscais aos investidores e de outros meios ao seu alcance, procura diminuir o enorme atraso daquela região em relação ao Centro-Sul. O Gráfico 2 e o Anexo 3 permitem

GRÁFICO 2:
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E DO NORDESTE NO PROCESSO DE
INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA (1940 A 1958)



avaliar as tendências do processo de industrialização brasileira, principalmente no que se refere à participação do Estado de São Paulo e do Nordeste.

Os dados compilados para construção do Gráfico 2 (número de estabelecimentos industriais com mais de 5 empregados, pessoal nêles empregado, salários pagos e valor da produção industrial) referem-se a seis anos diferentes, entre 1940 e 1958. Quando êsse trabalho foi feito ainda não haviam sido publicados os resultados do Censo de 1960. Entretanto, é inegável a tendência para a concentração da indústria, sob qualquer dos aspectos estudados, durante o mesmo período, no Estado de São Paulo, em comparação com uma diminuição correspondente, nos índices compilados, na parte do Nordeste e do resto do Brasil. Assim, o número de estabelecimentos industriais com mais de 5 empregados, no Estado de São Paulo, cresceu 10,3% de 1940 (28,8%) a 1958 (39,1%) sôbre o total brasileiro. No mesmo período a participação do Nordeste sofreu diminuição de 2,7%.

No que se refere ao pessoal empregado nesses estabelecimentos, as tendências discripantes são ainda mais nítidas: no período mencionado a participação de São Paulo aumentou, em têrmos relativos, 12,5%, enquanto o Nordeste teve sua parcela reduzida em 5,3%.

No caso de salários pagos podemos observar a mesma tendência: em 1940 a indústria paulista pagava 39,5% do total dos salários vigentes nos estabelecimentos industriais do País com mais de 5 empregados; em 1958 a proporção era de 53,5%, com o acréscimo, portanto, de 14,0%. No mesmo espaço de tempo, a parte do Nordeste foi reduzida de 7,2 para 4,2% sôbre o total brasileiro.

Finalmente, no que tange ao valor da produção industrial, cuja importância se reflete diretamente nas arrecadações estaduais e federais e, indiretamente, nos níveis de renda e do bem-estar das populações, de 1940 até 1958, a parte correspondente ao Estado de São Paulo cresceu constantemente, a partir de 43,5%, em 1940, para ultrapassar 50,0% do valor da produção nacional, em 1955, e alcan-

çar 55,0% em 1958. Simultaneamente, a porcentagem do Nordeste decresceu de 8,2% para 5,2% do total nacional.

A mesma discrepância podemos verificar, ao examinar a distribuição de alguns fatores básicos no processo da industrialização nas regiões ora estudadas. Conforme o Quadro 5, em 1960 cada habitante do Estado de São Paulo consumiu, aproximadamente, 17 vezes mais energia elétrica e 6 vezes mais cimento do que um nordestino; e dispôs de 5 vezes mais rodovias asfaltadas e quase 7 vezes mais veículos motorizados.

QUADRO 5: ÍNDICES DE ALGUNS FATORES BÁSICOS NO PROCESSO DA INDUSTRIALIZAÇÃO (1960)

Fatores Básicos \ Região	Brasil	São Paulo	Nordeste
Consumo de cimento (em toneladas)	4.447.318	1.527.139	327.450
<i>per capita</i>	0,063	0,118	0,021
Consumo de energia elétrica (em 1.000 kw/h)	18.345.534	7.888.958	559.400
<i>per capita</i>	0,258	0,608	0,033
Veículos a motor (passageiros e carga)	1.643.673	381.767	69.190
(por 1.000 habs.)	14,7	29,4	4,4
Veículos a motor (só carga)	396.992	141.257	28.997
(por 1.000 habs.)	5,6	10,9	1,8
Extensão de rede rodoviária em tráfego (em km) *	499.550	102.944	79.720
(por 1.000 km ²)	58,7	415,3	82,5

* Dados referentes ao ano de 1961.

Fonte dos dados brutos: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1958 e 1962.

Vemos, portanto, confirmada a tese de que o impacto exercido pelo desenvolvimento industrial sobre a vida econô-

mica e social não atinge, necessariamente, o País como um todo, mas apenas uma região restrita — na realidade, êle se restringe à área do “Greater São Paulo” — e não causa progresso econômico nas outras regiões; ao contrário, acentua as discrepâncias e diferenças estruturais existentes, em vez de diminuí-las.

Ao pauperismo relativo do Nordeste, acentuado pelo êxodo dos elementos potencialmente mais produtivos, vem-se juntar outro fenômeno prejudicial ao desenvolvimento, ou seja, a tendência migratória do capital privado. Em centros de expansão econômica a procura crescente de bens e serviços cria um impulso constante para a inversão e, à medida que esta aumenta, crescem também a renda global e *per capita* da região, o que tende a aumentar a demanda, provocando, assim, um movimento ascensional da economia como um todo. Ao contrário, em regiões onde os baixos níveis de renda *per capita* não permitem a poupança, os estoques de capital acumulados em épocas mais favoráveis vão diminuindo através da depreciação e da falta de reinvestimentos. Por outro lado, a grande pressão populacional obriga os poderes públicos a destinar maiores parcelas de seus recursos aos setores de educação elementar, à saúde e a outras obras assistenciais, em detrimento de investimentos em obras públicas fundamentais ao desenvolvimento, tais como estradas, centrais energéticas etc. .

O Quadro 6 dá-nos idéia da tendência, observada no Brasil, no tocante às inversões de capital nacional.

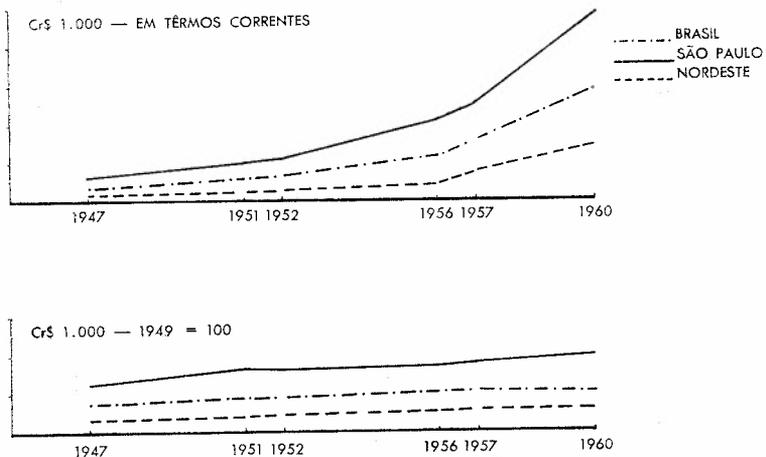
QUADRO 6: INVERSÕES DE CAPITAL DE 1954 a 1958
Brasil, São Paulo e Nordeste
(em Cr\$ 1.000.000 e como percentagem do total)

Região	Ano				
	1954	1955	1956	1957	1958
Brasil	15.128.2	13.100.5	16.208.2	20.369.0	33.478.4
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
São Paulo	5.354.8	6.319.9	8.700.9	11.287.4	21.004.8
%	35,4	48,2	53,7	55,4	62,2
Nordeste	431.5	591.2	1.083.0	1.046.4	1.287.7
%	2,8	4,5	6,7	5,1	3,8

Fonte dos dados brutos: IEGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1957, 1958 e 1961.

Nas regiões pobres o diminuto poder de compra das populações condiciona uma demanda inicial de novos capitais em níveis baixos. Em outras palavras: não chega a criar um impulso expansionista. Nessas condições a atuação de outros fatores, que normalmente contribui para o crescimento econômico, impede a saída do impasse.⁷ Assim, o sistema bancário, se não regulamentado para atuar diferentemente, tende a transformar-se em instrumento sugador dos lucros das regiões pobres, canalizando-os para as mais ricas e progressistas onde o rendimento do capital é mais

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DA RENDA "PER CAPITA"
— DE 1947 A 1960 — BRASIL, SÃO PAULO E NORDESTE
(EM Cr\$ 1.000)



- 7) R. NURKSE e G. MYRDAL, tratando do problema da formação de capital em países subdesenvolvidos, procuram determinar os fatores necessários para impulsionar o desenvolvimento. Entretanto, a análise de Nurkse, operando com o conceito de "círculo vicioso da pobreza", não consegue revelar a tendência ao empreendimento progressivo, ressaltada por Myrdal quando enuncia seu princípio da "causação circular". Vide: R. NURKSE, *Alguns Aspectos de la Acumulación de Capital en los Países Subdesenvolvidos*, Fondo de Cultura Económica, México, 1952, págs. 13 e 14. G. MYRDAL, *Teoria Económica y Regiones Subdesarrolladas*, cap. II, Fondo de Cultura Económica, México.

elevado e mais seguro. O comércio opera sobre as mesmas bases, isto é, em favor das regiões ricas e contra as pobres, e indústrias dos centros em expansão impedem a implantação e o desenvolvimento de congêneres em outras regiões.

Assim sendo, as regiões pobres continuam com a maior parte de suas populações ativas ocupada no setor primário, com equipamentos obsoletos, estrutura arcaica e renda *per capita* baixíssima; as rédes de transporte, quando existem, também são antiquadas e ineficientes; os serviços públicos (energia, água, esgôto etc.) são inferiores, em quantidade e qualidade, aos das regiões mais adiantadas; a educação e a saúde encontram-se em estado precário. Finalmente, ao baixo nível educacional e cultural e ao primitivismo da mentalidade cívica daí resultante corresponde a violência de processos rudimentares.

A mão-de-obra barata e dócil, única “vantagem” das regiões pobres, não constitui em si um atrativo bastante forte para o investimento privado e para a instalação de empresas industriais. A realidade mostra uma tendência inversa: a mão-de-obra procura os centros de expansão industrial.

A continuar aumentando as discrepâncias regionais em nível de renda e, conseqüentemente, em nível educacional, cultural e político, o abismo assim criado ameaça engolir as próprias estruturas sociais e políticas da Nação.

PRODUTO INTERNO, RENDA REAL E RENDA *PER CAPITA*

De tôdas as formas de desigualdade regional as que apresentam o aspecto mais grave, em face das tendências e perspectivas do futuro, são a distribuição diferencial da renda territorial global entre as diversas regiões do País e a disparidade dos respectivos níveis de renda *per capita*. As discrepâncias na distribuição da riqueza são sintomáticas da situação em que o dinamismo econômico se restringe a uma área privilegiada do território nacional — região Sul, em nosso caso, especialmente o Estado de São Paulo — em contraste com a estagnação, ou pior, com a tendên-

cia ao empobrecimento, absoluto e relativo, de grande parte da população brasileira.

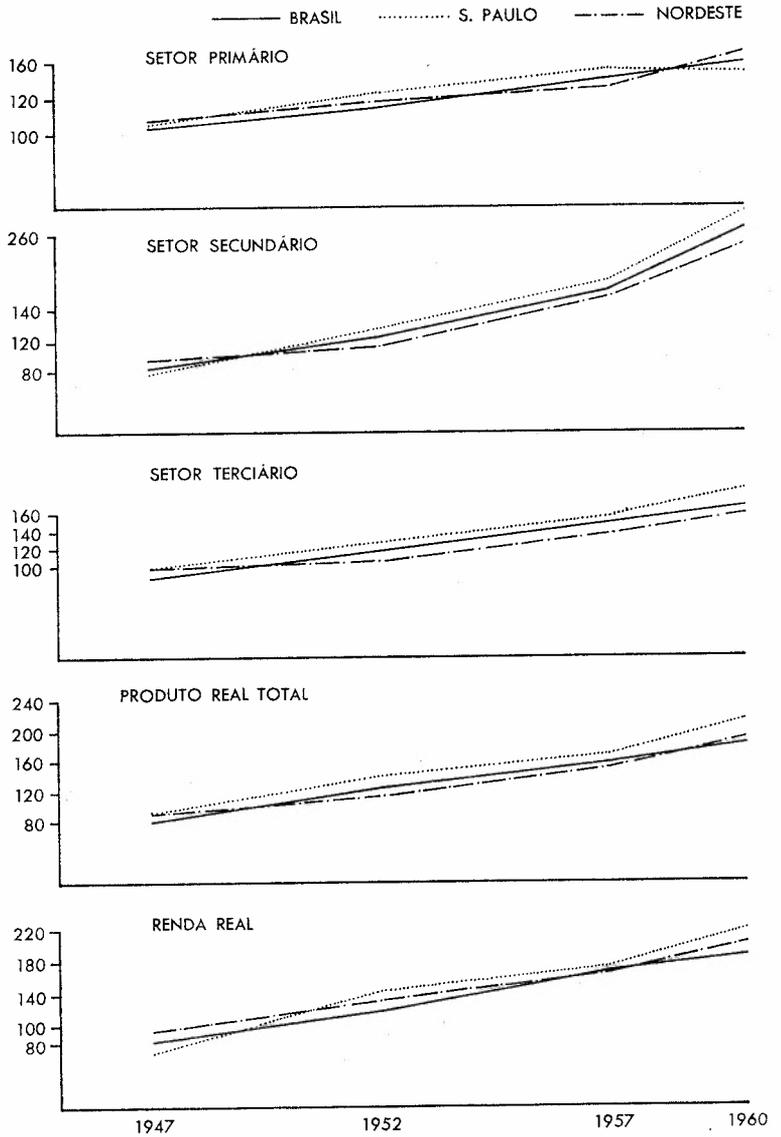
- O Gráfico 3 e o Anexo 2 permitem uma comparação, não somente em termos nominais, mas também, relativos, da evolução da renda nacional, nas diferentes regiões do País, entre 1950 e 1960, bem como dos respectivos níveis de renda *per capita*, segundo os setores de atividade.

A primeira evidência que se nota ao se compararem os níveis de renda *per capita* é a persistência da desigualdade, com apenas insignificantes modificações, entre as diferentes regiões. Assim, a renda *per capita* no Estado de São Paulo continua apresentando um índice que corresponde a quase o dôbro do da renda nacional; o índice referente à renda *per capita* da região Leste, devido a influência do Estado da Guanabara, é quase idêntico ao índice *per capita* global, enquanto o resto do País (Nordeste, Norte e Centro-Oeste) continua com índices de 3 a 3,5 vezes inferiores ao de São Paulo.

A comparação desses índices, todavia, não esclarece todas as tendências ao pauperismo progressivo das regiões rurais, devido à disparidade na evolução dos preços dos produtos agrícolas, em relação aos industriais. Sendo assim, a desproporção será maior se atentarmos que, no Estado de São Paulo, 33,6% da população ativa tira suas rendas de atividades primárias, com índice *per capita* de Cr\$ 87.100,00 em 1960. No mesmo ano, no Nordeste, 68,0% da população ativa, ocupados no setor agropecuário, tiravam a ínfima renda *per capita* de Cr\$ 29.500,00.

No que se refere ao setor de atividades industriais, 29,3% da população ativa do Estado de São Paulo, concentrados nesse setor, contribuíram com 33,2% da renda territorial global do Estado com o índice *per capita* de Cr\$ 141.200,00; no Nordeste 9,8% da população ativa, contribuindo com 11,1% da renda territorial, apresentaram a renda *per capita* de Cr\$ 47.300,00. Caracterizando, assim, uma situação extrema de subdesenvolvimento, a região nordestina apresenta, mesmo nas atividades industriais, ní-

GRÁFICO 4: ÍNDICES DO PRODUTO REAL DE 1947 a 1960
1940 = 100



veis de renda muito inferiores aos da agricultura dos estados mais desenvolvidos da Federação.

ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL

Devido à alta taxa de crescimento da população (3,1% a.a. entre 1950 e 1960 e, segundo uma estimativa, 3,3% a.a. entre 1960 e 1970), e devido, também, à já comentada proporção de inativos, torna-se necessário um alto nível de investimentos, ou seja, o crescimento do produto real, a fim de não só manter, mas, se possível, melhorar o nível de vida da imensa maioria da população brasileira.

O problema fundamental está em saber se, apesar do progresso incontestável, a economia brasileira conseguirá manter, globalmente, o elevado ritmo de crescimento do quinquênio 1947/1952, durante o qual a renda real cresceu 42,3%. No quinquênio seguinte, 1952/1957, as respectivas taxas diminuíram a ponto de deixar u'a margem menor entre o crescimento vegetativo da população e o da economia nacional. Mesmo proporcionando certo número de empregos novos cada ano, acolhendo os jovens que ingressam nas fileiras da população ativa, torna-se imprescindível, para sair do estágio de subdesenvolvimento, a absorção progressiva das massas rurais subempregadas, o que contribuirá para elevar a proporção da população ativa e, em consequência, a renda *per capita*.

No Gráfico 4 e no Anexo 4 procuramos mostrar a evolução diferente, no que se refere ao crescimento quantitativo dos setores de atividade econômica, tanto em seus aspectos globais, quanto às mesmas discrepâncias regionais que acabamos de analisar.

Entre 1947 e 1960, o produto real brasileiro do setor primário cresceu apenas 72% contra o crescimento de 227,1% na indústria e de 87,6% no setor terciário. No mesmo período, as respectivas taxas para o Estado de São Paulo foram de 67,4, 252,4 e 100,0%. O Nordeste apresenta, na mesma ordem: 64,1, 164,0 e 80,0% .

Os índices relativos ao crescimento do produto real total e da renda real durante o período acima, refletem, necessariamente, as mesmas tendências: o aumento no Estado de São Paulo foi de 136,0 no produto real e de 150,4% na renda real contra apenas 102,8 e 121,4% no Nordeste.⁸

Uma renda de níveis baixos, que provenha, na maior parte, de atividades agropecuárias rudimentares, onde a produtividade é baixa, só pode assegurar aos produtores a subsistência; não é capaz de estimular poupanças e investimentos. A falta de uma política vigorosa de investimentos, combinada com um crescimento populacional acelerado, para o qual as migrações internas aos centros urbanos e industriais constituem solução muito precária e altamente prejudicial, pelos motivos expostos acima, não pode deixar de aumentar o desemprego disfarçado e, concomitantemente, fazer baixar os níveis de renda *per capita* em todos os setores da atividade humana.

TAXAS DE CRESCIMENTO COMBINADAS

Baseando-nos nos dados estatísticos compilados e discutidos acima, estamos agora em condições de verificar até que ponto a hipótese de Kuznets — segundo a qual o desenvolvimento econômico moderno se caracteriza por um aumento constante e acentuado da população, combinado com o crescimento acelerado da renda *per capita* — se aplica à realidade brasileira e, especialmente, às duas unidades da Federação, selecionadas para a comparação, o Estado de São Paulo e o Nordeste.

O Quadro 7 e os Anexos 5 e 6 fornecem-nos os índices que nos permitem analisar as tendências dos dados brasileiros. Todos os valores apresentados neste trabalho referem-se apenas ao período de 1947 a 1960, período êsse curto demais para permitir extrapolações a longo prazo. Todavia, parece-nos, os dados são suficientemente precisos

8) A diferença entre o produto real e renda real deve-se às alterações nas relações de troca. Vale dizer, a renda real é igual ao produto real influenciado pelo comportamento dos preços de exportação com relação aos de importação.

para podermos levantar hipóteses e analisar as perspectivas da economia brasileira a curto e médio prazos.

A população brasileira, entre 1947 e 1960, cresceu 46,5%; houve, portanto, um aumento médio anual de 3,0%. No mesmo tempo a renda real sofreu um incremento de 128,5%, o que, em taxa média anual, representa 6,5%. As respectivas taxas para o produto real foram de 112,0 e 6,0%. No Estado de São Paulo a população aumentou, no mesmo período, 52,7% (média anual de 3,5%), a renda real subiu 150,4% (média anual de 7,3%) e a renda *per capita*, apesar do aumento constante e vigoroso da população, cresceu 64,0%, à razão, portanto, de 4,0% por ano.

QUADRO 7: TAXAS PERCENTUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO, DA RENDA E DO PRODUTO, DE 1947 A 1960

Região	Discriminação	1947/52	1952/57	1957/60 *	1947/60
Brasil	População	13,7	15,6	11,2	46,5
	Renda Real	42,3	33,3	20,4	128,5
	Renda Real <i>per capita</i>	25,2	15,1	8,3	56,2
	Produto Real	34,8	29,2	21,7	112,0
	População	14,9	18,1	12,5	52,7
São Paulo	Renda Real	48,2	30,1	29,9	150,4
	Renda Real <i>per capita</i>	29,0	10,1	15,5	64,0
	Produto Real	39,6	32,2	27,7	136,0
	População	11,7	11,1	8,2	34,4
	Renda Real	35,0	34,4	22,0	121,4
Nordeste	Renda Real <i>per capita</i>	20,7	20,8	12,5	64,1
	Produto Real	26,5	29,8	23,4	102,8

Fontes dos dados brutos: ○ IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1962;
● "O Brasil em Números", Apêndice do *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, 1960;
● *Revista Brasileira de Economia*, FGV, n.º 1, março/1959 e n.º 1, março/1962.

(*) Os dados desta coluna referem-se a um período mais curto ou, mais precisamente, aos 4 anos de 1957 a 1960.

Nos sete Estados do Nordeste, apesar de uma taxa de natalidade das mais altas do mundo, sua população aumentou, no mesmo espaço de tempo, apenas 34,4%, com uma taxa média anual de 2,3%.

O produto real, no mesmo período, cresceu 102,8%, com a taxa média de 5,6%, e a renda real com, respectivamente, 121,4 e 6,3%. Dessa forma, mesmo com uma taxa relativamente baixa de crescimento populacional, os baixos índices do produto real e da renda real no Nordeste não permitiram elevar os níveis de renda *per capita* a ponto de criar um impulso inicial para a poupança e o desenvolvimento.

Isso significa, em termos reais, que longe de alcançar ou diminuir as diferenças em nível de vida com os Estados mais prósperos da União, o Nordeste, quando muito, manteve-se no mesmo nível, à mesma distância, sem conseguir beneficiar-se do notável desenvolvimento da última década. De fato, comparando os respectivos índices da renda real *per capita*, em 1947 e em 1960 a de São Paulo é exatamente igual a 377,0% da do Nordeste, em ambos os anos de referência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, neste trabalho, analisar alguns aspectos e problemas do desenvolvimento econômico brasileiro, conferindo-se especial destaque às diferenças regionais. Pela comparação de índices econômicos e suas respectivas taxas de crescimento, tentamos apreender as tendências dos diversos processos, como a urbanização, a reestruturação da população ativa, a distribuição da renda nacional, etc. .

Todos os índices analisados mostram profundo desequilíbrio entre o "Estado-Líder" da União e os sete Estados do Nordeste. As taxas globais do Brasil são apenas médias ideais que ocultam a verdadeira situação. Sem dúvida, o Nordeste serviu apenas como parâmetro de comparação e, na realidade, conforme revelam os anexos, a posição das outras regiões do País, com exceção da Guanabara e alguns núcleos agrindustriais adjacentes às capitais estaduais, não é muito superior à do Nordeste. Dê-se modo, essas populações, longe de acompanharem a tendência quase universal, no mundo contemporâneo, para o desenvolvimento e para

o conseqüente aumento de seu nível de vida, conseguem, na melhor das hipóteses, manter a distância que os separa dos “primos ricos”, com todos os problemas políticos e sociais que essa situação gera para o processo de integração nacional.

Nos limites dêste trabalho não cabe uma análise minudente das medidas que se impõem aos poderes públicos no sentido de aliviar as tensões sociais e políticas criadas e mantidas acesas pelo desequilíbrio regional. Apontamos, a título de ilustração apenas, alguns fatores capazes de modificar a panorama econômico-social do País, aproximando os extremos e estendendo os benefícios do desenvolvimento a tôdas as camadas sociais e a tôdas as regiões.

Além do contrôle da inflação, parece-nos de fundamental importância, para implantação de uma política de poupança e de investimentos planejados, os seguintes problemas:

- o nível de investimentos ou de formação de capital, tanto no seu aspecto global quanto no regional; e
- a repartição eqüitativa dos capitais investidos entre os diferentes setores da economia nacional.

É incontestável que, nos últimos quinze anos, tanto o setor particular quanto os poderes públicos deram ênfase e apoio especiais a tôdas as iniciativas do setor industrial, em detrimento direto da economia rural e indireto de tôda a população do País, que sofre as conseqüências de um processo inflacionário desenfreado.

Evidencia-se que a indústria atual depende, de maneira acentuada, de sua base agropastoril. Manifesta é essa dependência no tocante às necessidades de matérias-primas para a produção e de alimentos para a mão-de-obra. O campo, por outro lado, constitui mercado natural para os produtos manufaturados, que não raro encontram dificuldades de colocação nos mercados internacionais. “Uma elevação do produto real *per capita* nessas condições (de subdesenvolvimento) ficará limitada em seu alcance enquan-

to não se refletir numa elevação do produto *per capita* no setor primário.”⁹

O fomento e a assistência à agricultura tornam-se imperativos nas diretrizes de uma política econômica equilibrada. Como bem ressaltou Bauer e Yaney, “pode-se afirmar, com certa segurança, que, pelo menos nos primeiros estágios do desenvolvimento, a assistência adequada à agricultura é a melhor garantia no sentido da criação e do desenvolvimento de um setor industrial viável.”¹⁰

Essa assistência não deve expressar-se, necessariamente, na manutenção de preços artificiais, em subsídios etc., mas, sim, no ensino de técnicas de irrigação, no fornecimento de adubos, sementes selecionadas e, *last but not least*, na educação e na politização das massas rurais.

Aliás, reputamos essenciais para a aceleração do desenvolvimento os investimentos no setor educacional e em pesquisas científicas e tecnológicas que visem à valorização do ser humano e estimulem sua participação ativa no processo de emancipação econômica do País. Com analfabetos ou com alfabetizados de instrução primária não se constrói uma nação moderna. O equipamento material e as estruturas sociais e políticas refletem, forçosamente, o atraso do fator humano. O custo social do desenvolvimento pode tornar-se demasiado caro para a Nação, se não forem tomadas, em devido tempo, as medidas cabíveis. Porém, como bem ressalta Lewis: “o importante não são as metas projetadas, mas as medidas concretas que devam ser tomadas para melhor aplicar os fatores de produção: treinamento do operariado, melhoria da produtividade, alimentação, estímulo aos investimentos, etc.. Esta é a parte mais árdua e mais negligenciada do planejamento.”¹¹

9) SIMON KUZNETS, *op. cit.*, pág. 59.

10) P. BAUER e B. S. YANEY, *The Economies of Underdeveloped Countries*, James Nisbet and Co. Ltd., Cambridge University Press, Londres, pág. 236.

11) A. W. LEWIS, *The Theory of Economic Growth*, George Allen and Unwin Ltd., Londres, 1954, pág. 390.

ANEXO 1: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA (URBANA E RURAL) DE 1940 A 1960

Região	1940		1950		1960		Taxa de Incremento	
	População milhões de habit.	%	População milhões de habit.	%	População milhões de habit.	%	1940/50	1950/60
BRASIL								
Total	41,2	100,0	51,9	100,0	70,96	100,0	26,0	36,6
Urbana	12,9	31,2	18,8	36,0	31,99	45,0	45,7	70,0
Rural	28,3	68,8	33,1	64,0	38,97	55,0	16,9	17,7
SÃO PAULO								
Total	7,18	100,0	9,13	100,0	12,97	100,0	27,2	42,0
Urbana	3,17	44,1	4,80	52,6	8,15	62,8	51,6	69,6
Rural	4,01	55,9	4,33	47,4	4,82	37,2	7,9	11,4
NORDESTE								
Total	9,97	100,0	12,49	100,0	15,68	100,0	25,3	25,5
Urbana	2,27	22,8	3,29	26,3	5,30	33,8	44,9	61,1
Rural	7,70	77,2	9,20	73,7	10,38	66,2	19,5	12,8

Fonte dos dados brutos: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1962.

ANEXO 2: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA E SUA PARTICIPAÇÃO NA RENDA NACIONAL (1950 e 1960)

Região	População total x 1.000	Setor	População ativa		% do total de renda	Renda Nacional Cr\$ 1.000.000	Renda per capita	Renda per capita população ativa
			População ativa milhares pessoas	%				
São Paulo	9.134,4	1. ^a	1.453.530	42,0	29,8	21,2	14,6	
		2. ^a	848.091	24,5	28,3	20,1	23,7	
		3. ^a	1.157.775	33,5	41,9	29,8	25,7	
Total			3.459.396	100,0	100,0	71,1	7,8	20,6
Nordeste	12.494,5	1. ^a	2.838.461	72,1	42,1	10,4	3,7	
		2. ^a	376.863	9,6	13,4	3,3	8,8	
		3. ^a	722.989	18,3	44,5	11,0	15,2	
Total			3.938.313	100,0	100,0	24,7	2,0	6,3
Norte	1.844,6	1. ^a	245.518	41,7	24,5	1,2	6,9	
		2. ^a	200.569	34,1	26,5	1,3	6,5	
		3. ^a	142.152	24,2	49,0	2,4	16,9	
Total			588.239	100,0	100,0	4,9	2,6	8,3
Leste	18.893,0	1. ^a	3.407.265	54,8	26,5	21,2	6,2	
		2. ^a	914.224	14,7	19,4	15,5	17,0	
		3. ^a	1.896.319	30,5	54,1	43,4	22,9	
Total			6.217.808	100,0	100,0	80,1	4,2	12,9
Sul	16.975,3	1. ^a	3.078.345	50,7	35,3	37,4	12,1	
		2. ^a	1.201.929	19,8	24,5	26,0	21,6	
		3. ^a	1.787.367	29,5	40,2	42,6	23,8	
Total			6.067.641	100,0	100,0	106,0	6,2	17,5
Centro-Oeste	1.737,0	1. ^a	397.376	75,8	55,8	2,4	6,0	
		2. ^a	45.215	8,6	9,3	0,4	8,8	
		3. ^a	81.408	15,6	34,9	1,5	18,4	
Total			523.999	100,0	100,0	4,3	2,5	8,2
Brasil		1. ^a	9.966.965	57,5	28,6	61,4	6,2	
		2. ^a	2.738.800	15,8	23,8	51,1	18,7	
		3. ^a	4.630.235	26,7	47,5	101,9	22,0	

ANEXO 2 (continuação)

Região	População Total x 1.000	Setor	População ativa		% população ativa população total	Renda Nacional Cr\$ 1.000.000	% do total de renda	Renda per capita	Renda fixa per capita população ativa
			População ativa milhares pessoas	%					
São Paulo	12.974,7	1. ^a	1.664.528	33,6	38,2	144,9	23,4	47,6	87,1
		2. ^a	1.450.696	29,3					
		3. ^a	1.833.745	37,1					
Tctal			4.948.969	100,0		617,6	100,0		124,8
Nordeste	15.678,0	1. ^a	3.268.729	68,0	30,6	96,5	47,3	13,0	29,5
		2. ^a	477.920	9,9					
		3. ^a	1.062.933	22,1					
Tctal			4.809.582	100,0		203,8	100,0		42,4
Norte	2.601,5	1. ^a	495.126	66,0	26,9	12,8	30,3	16,3	28,8
		2. ^a	59.271	7,9					
		3. ^a	196.997	26,1					
Tctal			751.394	100,0		42,3	100,0		60,3
Leste	24.832,6	1. ^a	3.793.296	47,1	32,4	169,7	26,0	26,2	44,8
		2. ^a	1.379.936	17,2					
		3. ^a	2.866.966	35,7					
Tctal			8.040.198	100,0		651,6	100,0		81,0
Sul	24.848,2	1. ^a	3.966.366	44,1	36,3	322,8	33,2	39,1	90,5
		2. ^a	2.102.425	23,3					
		3. ^a	2.941.837	32,6					
Tctal			9.010.628	100,0		971,1	99,9		112,8
Centro-Oeste	3.006,9	1. ^a	603.148	72,2	27,8	29,5	61,7	15,9	48,9
		2. ^a	62.835	7,5					
		3. ^a	169.625	20,3					
Tctal			835.608	100,0		47,8	99,9		57,2
Brasil	70.967,2	1. ^a	12.092.637	51,6	33,0	536,0	28,5	26,5	44,3
		2. ^a	4.062.854	17,3					
		3. ^a	7.293.943	31,1					
Tctal			23.449.434	100,0		1.879,2	100,0		80,1

Fontes dos dados brutos: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1961 e 1962
 Revista Brasileira de Economia, Fundação Getúlio Vargas,
 n.º 1, ano 13, março/1959 e n.º 1, ano 16, março/1962.

ANEXO 3: PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA
(estabelecimentos com mais de 5 empregados)

	Número de Estabelecimentos					Pessoal Empregado						
	1940	1950 (*)	1955	1956	1957	1958	1940	1950 (*)	1955	1956	1957	1958
Brasil	1.688,4	15.499,1	50.226,6	65.271,9	77.595,5	96.978,1	17.479,4	116.747,2	344.412,2	454.086,2	528.940,7	724.172,3
São Paulo	661,1	7.333,4	25.688,4	33.824,7	39.940,3	51.939,1	7.601,7	54.624,0	178.914,3	240.391,3	280.609,1	398.262,8
% —————	39,5	47,3	51,1	51,8	51,5	53,5	43,5	46,8	51,9	52,9	53,1	55,0
Brasil	121,0	811,3	2.446,9	3.227,5	3.818,2	4.115,5	1.436,4	8.500,3	20.129,8	28.995,3	33.429,9	37.427,9
Nordeste	7,2	5,2	4,9	4,9	4,9	4,2	8,2	7,3	5,8	6,4	6,3	5,2
% —————												
Brasil												

	Salários Pagos (Cr\$ 1.000.000,00)					Valor da Produção Industrial						
	1940	1950	1955	1956	1957	1958	1940	1950	1955	1956	1957	1958
Brasil	49.418	89.086	40.964	37.738	34.154	34.681	781.185	1.492.884	1.541.033	1.541.584	1.464.459	1.580.956
São Paulo	14.225	24.519	13.622	13.302	12.576	13.563	272.865	569.104	678.054	695.667	662.106	749.416
% —————	28,8	27,5	33,2	35,2	36,8	39,1	34,9	38,1	44,0	45,1	45,2	47,4
Brasil	5.550	11.893	6.113	3.941	3.273	2.964	103.853	162.920	152.200	144.931	131.713	124.727
Nordeste	11,2	13,3	14,9	10,4	9,5	8,5	13,2	10,9	9,9	9,4	9,0	7,9
% —————												
Brasil												

Fonte dos dados brutos: 1940 — IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1955.
1950 — Idem, idem.
1955 — IBGE, Produção Industrial Brasileira, 1958.
1956 — Idem, 1959.
1957 — Idem, 1959.

ANEXO 5: EVOLUÇÃO DA RENDA NACIONAL DO BRASIL DE 1947 a 1960
(em Cr\$ 1.000.000.000) — Discriminada segundo os setores de atividade e participação percentual de São Paulo e do Nordeste.

Região	Sector	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
Brasil	Primário	45,0	53,5	60,4	72,7	83,3	100,6	124,5	159,5	202,3	235,0	286,4	319,8	452,0	631,2
	Secundário	26,7	30,2	34,6	43,9	54,0	57,8	74,1	101,2	119,6	148,5	171,3	233,1	315,4	429,7
	Terciário	73,0	80,0	92,3	103,6	122,6	142,2	171,4	206,9	269,1	360,5	418,8	512,1	664,1	855,5
	Total	144,7	163,7	187,3	220,3	259,9	300,6	370,0	467,6	591,0	744,0	876,5	1.065,0	1.431,5	1.916,5
São Paulo	Primário	12,7	15,6	18,2	21,2	24,7	31,8	34,0	47,7	57,7	62,6	79,0	84,2	107,2	144,9
	Secundário	11,3	12,7	14,9	19,0	24,7	25,6	33,9	46,7	53,5	67,1	76,4	112,4	152,5	204,9
	Terciário	21,5	23,5	26,9	30,9	37,6	44,1	54,2	64,0	83,0	103,9	116,3	149,2	198,2	267,8
	Total	45,5	51,8	60,0	71,1	87,0	101,5	122,1	158,4	194,2	233,6	271,7	345,8	457,9	617,6
São Paulo	Primário	28,2	29,2	30,1	29,2	29,7	31,6	27,3	29,3	28,5	26,6	27,6	26,3	23,7	23,0
	Secundário	42,3	42,1	43,1	43,3	45,7	44,3	45,7	46,1	44,7	45,2	44,6	48,2	48,4	47,7
	Terciário	29,5	29,4	29,1	29,2	30,7	31,0	31,6	30,9	30,8	28,8	27,8	29,1	29,8	31,3
Brasil	Primário	31,4	31,6	32,0	32,3	33,5	33,8	33,0	33,9	32,9	31,4	31,0	32,5	32,0	32,2
	Secundário	6,0	7,1	7,7	10,4	11,1	12,6	13,7	17,8	21,9	29,2	36,5	36,2	64,9	96,5
	Terciário	2,0	2,2	2,5	3,2	3,4	3,7	4,5	5,7	7,0	8,9	10,6	12,7	17,1	22,6
Nordeste	Primário	8,3	9,1	10,4	11,2	13,3	14,8	17,0	20,1	25,2	34,3	42,5	50,8	66,0	84,7
	Secundário	16,3	18,4	20,6	24,8	27,8	31,1	35,2	43,6	54,1	72,4	89,6	99,7	148,0	203,8
	Terciário	13,3	13,3	12,7	14,3	13,3	12,5	11,0	11,1	10,8	12,4	12,7	11,3	14,3	15,3
Nordeste	Primário	7,5	7,3	7,2	7,3	6,3	6,4	6,1	5,6	5,9	6,0	6,2	5,4	5,4	5,3
	Secundário	11,4	11,4	11,3	10,8	10,8	10,4	9,9	9,7	9,4	9,5	10,1	9,9	9,9	9,9
	Terciário	11,3	11,2	11,0	11,3	10,7	10,3	9,5	9,3	9,2	9,7	10,2	9,4	10,3	10,5

Fonte dos dados brutos: Revista Brasileira de Economia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, n.º 1, março/1959 e n.º 1, março/1962.

ANEXO 6: ÍNDICES DA RENDA NACIONAL DO BRASIL — 1947-1960
1949 = 100

Região	Sector	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
Brasil	Total	77,2	87,3	100,0	117,5	138,7	160,4	197,4	249,5	315,4	397,1	467,7	568,3	763,9	1.022,7
	Primário	74,5	82,8	100,0	120,3	137,9	166,5	206,1	264,0	334,9	388,9	474,0	529,4	748,1	1.044,8
	Secundário	77,2	87,3	100,0	126,9	156,1	167,1	214,2	292,5	345,7	429,3	495,2	673,8	911,7	1.242,1
	Terciário	79,1	86,6	100,0	112,2	132,8	154,1	185,6	224,1	291,5	390,6	453,6	554,8	719,4	926,9
São Paulo	Total	75,8	86,3	100,0	118,5	145,0	169,2	203,4	264,0	323,6	389,3	452,7	576,2	763,0	1.029,1
	Primário	69,8	85,8	100,0	116,6	135,8	174,8	186,9	262,2	317,3	344,2	434,3	462,9	589,4	795,6
	Secundário	75,9	85,2	100,0	127,6	165,8	171,8	227,6	313,5	359,2	450,4	512,9	754,6	1.023,7	1.375,5
	Terciário	80,0	87,4	100,0	114,9	139,9	164,0	201,6	238,0	308,7	386,4	432,6	554,9	737,2	996,2
Nordeste	Total	79,1	89,3	100,0	120,3	134,9	150,9	170,8	211,6	262,5	351,3	434,8	483,8	718,2	988,9
	Primário	78,0	92,3	100,0	135,1	144,2	163,6	178,0	231,2	284,6	379,5	474,3	470,4	843,2	1.253,9
	Secundário	80,0	88,0	100,0	128,0	136,1	148,0	180,0	228,0	280,1	356,1	424,2	508,2	684,2	904,3
	Terciário	79,8	87,6	100,0	107,8	128,0	142,3	163,6	193,4	242,5	330,1	408,9	488,8	635,0	815,0

Fonte dos dados brutos: *Revista Brasileira de Economia*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, n.º 1, março/1959 e n.º 1, março/1962.